

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO Nº 08701/2021

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição, sob demanda, de NUTRIÇÃO ENTERAL, para atender as necessidades do Hospital Municipal Raul Sertã e Subsecretaria de Atenção Básica - Programa Melhor em Casa, pelo período de 12 (doze) meses, conforme condições, especificações, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas nas Requisições que seguem acostadas aos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.

1.2. Requisitantes: Hospital Municipal Raul Sertã;
Subsecretaria de Atenção Básica- Programa Melhor em Casa;

1.3. Fundamentação Legal: A presente aquisição se dará por REGISTRO DE PREÇOS, com participação AMPLA, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo MENOR PREÇO, critério de julgamento POR ITEM, nos termos da Lei Federal nº 10.520/02, e do Decreto Municipal 599 de 03 de junho de 2020, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666/93, e da Lei Complementar nº 123/06, bem como considerando as alterações promovidas no Sistema Compras net SIASG pelo Decreto Federal nº 10.024/2019.

1.4. Período: 12 (doze) meses, a contar da assinatura da Ata de Registro de Preços.

1.5. Tipo: Menor preço unitário, nos termos da Lei nº. 8.666/93.

2. DO QUANTITATIVO

2.1. A tabela a seguir descreve detalhadamente o objeto deste Termo de Referência:

COTA EXCLUSIVA



ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	U/C	QTDE
1	442840	Suplemento oral hipercalórico para pacientes com restrição de açúcar e lactose. Pronto para o consumo. Embalagem de 200 ml.	Unid	1.440
2	431207	Alimentos para nutrição enteral, nutricionalmente completo, hipercalórica e hiperprotéico, com baixo índice glicêmico, com fibras (sendo a maior proporção de solúveis) desenvolvida para pacientes com diabetes e situação de hiperglicemia, apresentação em sistema aberto.	Unid	100
3	437833	Alimento para nutrição enteral, líquido nutricionalmente completo, com densidade calórica de 1,5kcal/L com teor proteico entre 14-18% do valor energético total VET, sem sacarose, lactose e glúten, com fibras acrescida de vitaminas e minerais com ou sem sabor acondicionamento em embalagem sistema aberto com 1000ml.	Unid	100

COTA PRINCIPAL

ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	U/C	QTDE
4	431207	Alimentação para nutrição enteral, nutricionalmente completo, desenvolvido para pacientes com insuficiência renal aguda ou crônica, em tratamento dialítico. Apresentação em sistema fechado de 1000ml.	Unid	810
6	475050	Alimento para nutrição enteral, nutricionalmente completo, à base de peptídeos com glutamina adicionado de arginina e ômega 3. Hiperprotéico. Sem sacarose. Sem lactose e sem glúten. Com vitamina A, Vitamina E e Vitamina C. Apresentação em sistema fechado de 1000 ml.	Unid	810
8	474851	Alimento para nutrição enteral, oligomérico, hipercalórico, hiperproteico, hipolipídico, com adição de TCM, isento de sacarose, lactose e glúten. Apresentação em sistema fechado de 500ml.	Unid	810



10	470302	Alimento para nutrição enteral, nutricionalmente completo, indicado para terapia nutricional enteral precoce em pacientes críticos com elevadas necessidades proteicas, com 100% de proteína de soro do leite hidrolisada, normocalórica (1,0Kcal/ml) e hiperproteica (mínimo de 37% do VET), contendo fibras solúveis. Apresentação em sistema fechado de 1 Litro.	Unid	810
----	--------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------	-----

COTA RESERVADA

ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	U/C	QTDE
5	431207	Alimentação para nutrição enteral, nutricionalmente completo, desenvolvido para pacientes com insuficiência renal aguda ou crônica, em tratamento dialítico. Apresentação em sistema fechado de 1000ml.	Unid	270
7	475050	Alimento para nutrição enteral, nutricionalmente completo, à base de peptídeos com glutamina adicionado de arginina e ômega 3. Hiperprotéico. Sem sacarose. Sem lactose e sem glúten. Com vitamina A, Vitamina E e Vitamina C. Apresentação em sistema fechado de 1000 ml.	Unid	270
9	474851	Alimento para nutrição enteral, oligomérico, hipercalórico, hiperproteico, hipolipídico, com adição de TCM, isento de sacarose, lactose e glúten. Apresentação em sistema fechado de 500ml.	Unid	270
10	470302	Alimento para nutrição enteral, nutricionalmente completo, indicado para terapia nutricional enteral precoce em pacientes críticos com elevadas necessidades proteicas, com 100% de proteína de soro do leite hidrolisada, normocalórica (1,0Kcal/ml) e hiperproteica (mínimo de 37% do VET), contendo fibras solúveis. Apresentação em sistema fechado de 1 Litro.	Unid	270

2.2. O quantitativo dos itens a serem adquiridos e sua provável utilização foram baseadas nos documentos requisitórios acostados aos autos, bem como ao último processo licitatório nº 15320/19.

2.3. O HMRS possui grande demanda de nutrição enteral e no momento a demanda de pacientes com COVID 19 que necessitam de nutrição enteral, ultrapassa o restante do hospital, com isso o quantitativo precisou ser aumentado para atender a essa demanda, desta forma, não causando prejuízo na assistência e cuidado, além da necessidade de dietas com nutrientes e características específicas para esta doença.

2.4. A aquisição do objeto compreende produtos frustrados no último processo licitatório nº 018827/2020.

2.5. A subsecretaria de Atenção Básica – Melhor em Casa, atende aproximadamente 50 (cinquenta) pacientes, dentre esses, 25 (vinte e cinco) com necessidades nutricionais elevadas com feridas e pacientes oncológicos.

3. DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

3.1. A Secretaria Municipal de Saúde de Nova Friburgo realiza anualmente licitações para abastecimento das unidades de saúde, que compõem sua estrutura, com a devida previsão dos itens nelas utilizados.

3.2. A presente proposição para aquisição de fórmula enteral se justifica pela necessidade de reposição do estoque, sendo esta necessária para a continuidade das atividades do Setor de Nutrição do Hospital Municipal Raul Sertã e do Programa Melhor em Casa no atendimento aos pacientes da rede pública de saúde.

3.3. Segundo o Ministério da Saúde do Brasil, a nutrição enteral consiste em qualquer alimento para fins especiais, com ingestão controlada de nutrientes, na forma isolada ou combinada, de composição definida ou estimada, especialmente formulada e elaborada para uso por sondas ou via oral, industrializado ou não, utilizada exclusiva ou parcialmente para substituir ou complementar a alimentação oral em pacientes desnutridos ou não, conforme suas necessidades nutricionais, em regime hospitalar, ambulatorial ou domiciliar, visando a síntese ou manutenção dos tecidos, órgãos ou sistemas.

3.4. Urge destacar que a Terapia de Nutrição Enteral (TNE), comprovadamente benéfica em inúmeras enfermidades, atua como suporte nutricional para pacientes submetidos a cuidados clínicos intensivos, prevenindo e tratando a desnutrição e suas consequências.

3.5. A utilização de suplementos nutricionais via oral com acompanhamento nutricional sistemático pode ser coadjuvante como auxílio na cicatrização de úlceras de membros; úlceras por pressão, desnutrição, etc., sendo um método simples não invasivo de adequar à ingestão de nutrientes em pacientes incapazes de atingir as necessidades nutricionais. Considerando

benefícios tais como: economia e otimização (melhor relação custo/benefício), segurança (menor risco de contaminação e maior precisão na infusão), praticidade e comodidade (maior facilidade no manuseio e na administração), em sistema fechado.

3.6. Tal aquisição suprirá a demanda do município de Nova Friburgo pelo período de 12 (doze) meses e se dará pelo Sistema de Registro de Preços.

4. DO LOCAL DE ENTREGA

4.1. A Contratada deverá proceder com a entrega do objeto nos locais e horários arrolados abaixo, respeitando sempre o período de solicitação das Unidades Requisitantes:

4.2. Os itens solicitados pelo Hospital Municipal Raul Sertão deverão ser entregues no ALMOXARIFADO DO HOSPITAL MUNICIPAL RAUL SERTÃO, LOCALIZADO NA RUA GENERAL OSÓRIO, N.º 324, CENTRO, NOVA FRIBURGO/RJ, no horário das 09h00min às 16h00min e encaminhados ao Setor de Nutrição e Dietética do HMRS.

4.3. Os itens solicitados pelo Programa Melhor em Casa deverão ser entregues na AVENIDA ALBERTO BRAUNE, N.º 224, CENTRO, NOVA FRIBURGO/RJ, no horário das 09h00min h às 16h00min, as quinta-feira, aos cuidados da nutricionista Alessandra Lessa Costa da Silva.

5. PRAZOS E CONDIÇÕES DE ENTREGA

5.1. O objeto deverá ser entregue conforme conveniência e necessidade das Unidades Requisitantes, com prazo de entrega não superior a 05 dias úteis, contados do recebimento da Nota de Empenho ou da assinatura da Ata de Registro de Preços, se for o caso.

5.2. O prazo de validade dos produtos, na data de entrega, não poderá ser inferior a 06 (seis) meses, ou a metade do prazo total recomendado pelo fabricante, o que for maior.

5.3. A Contratada ficará sujeita as seguintes condições:

5.3.1. Entregar os produtos contendo, em sua embalagem, a data de fabricação, validade e/ou vida útil;

5.3.2. Seguir programação do órgão requisitante, quanto à data, horário, local e quantidade a serem entregues;

5.3.3. Comprometer-se a dar total garantia quanto à qualidade dos materiais fornecidos, bem como efetuar a substituição imediata, e totalmente às suas expensas, de qualquer produto entregue comprovadamente em desacordo com

este Termo de Referência, ou seja, fora das especificações técnicas e padrões de qualidade exigidos.

6. DA CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

6.1. Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei vigente.

7. RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

7.1. Os bens são recebidos:

7.1.1. Provisoriamente, a partir da entrega, para efeitos de verificação da conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência.

7.1.2. Definitivamente, após verificação da conformidade com as especificações constantes do edital e das propostas. Sua consequente aceitação se dará em até 02 dias úteis a contar do recebimento provisório.

7.2. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se á como realizada, consumando-se o recebimento provisório.

8. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. As despesas decorrentes da aquisição do objeto previstos no presente Termo de Referência correrão por conta do elemento de despesa e fonte de recurso abaixo descrito:

8.1.1. Elemento de despesa – 33.90.30.15

8.1.2. Fonte de recurso 007 – SUS

8.2. Quanto aos Programas de Trabalho, serão utilizados de acordo com as especificações a seguir:

8.2.1. Hospital Municipal Raul Sertã- 30001.10.302.0070.2.188;

8.2.2. Programa Melhor em Casa- 30001.10.302.0087.2.325.

8.3. As notas fiscais deverão ser emitidas em nome do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ: 11.399.442/0001-79- AVENIDA ALBERTO BRAUNE, Nº 224, SALA 221, CENTRO, NOVA FRIBURGO/RJ, CEP 28613-001.

9. DA LIQUIDAÇÃO

9.1. A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência.

10. DO PAGAMENTO

10.1. O pagamento será efetuado conforme estabelece o decreto nº 258 de 27 de Setembro de 2018, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

- 10.1.1. Negativa de Débitos Trabalhistas;
- 10.1.2. Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;
- 10.1.3. FGTS;
- 10.1.4. PGE – referente à Dívida Ativa Estadual;
- 10.1.5. Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa;
- 10.1.6. Estadual CND – referente ao ICMS.

10.2. A Nota Fiscal deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta Corrente, para que possibilite o CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido;

10.3. Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

11. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

11.1. Não poderão participar da licitação as empresas que estiverem sob falência, recuperação judicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que estejam suspensas de licitar e/ou declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, federal, estadual ou municipal, bem como as que estejam punidas com suspensão do direito contratar ou licitar com a Administração Pública;

11.2. Não poderão participar ainda os servidores de qualquer órgão ou entidade vinculados ao Município de Nova Friburgo, bem assim as empresas das quais tais servidores sejam sócios, dirigentes ou responsáveis técnicos.

11.3. A participação do representante legal da empresa far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente. Em sendo sócio, proprietário dirigente ou assemelhado da empresa proponente deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exarar direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1. Caberá à Contratante:

12.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

12.1.2. Receber provisoriamente o material, disponibilizando local, data e horário;

12.1.3. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

12.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

12.1.5. Efetuar o pagamento no prazo previsto;

12.1.6. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada.

12.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1. Ter capacidade de atendimento da demanda com eficiência, presteza e zelo;

13.2. Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Contratante, em estrita observância das especificações do Termo de Referência e da proposta, acompanhada da respectiva Nota Fiscal Eletrônica COMPLETA constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia, quando for o caso, acompanha das certidões de regularidade fiscal citadas nos subitens 10.1.

13.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12,13,18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº.8.078, de 1990);

13.4. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Contratante, substituir, reparar, corrigir remover, ou reconstruir, as suas expensas, no prazo máximo de 03 dias, o produto com avarias, defeitos ou em desacordo com o Termo de Referência;

13.5. Atender prontamente a quaisquer exigências da Contratante, inerentes ao objeto da presente contratação;

13.6. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência.

13.7. Responsabilizar-se, pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do presente.

13.8. Comunicar à Contratante, no prazo mínimo de 02 horas de antecedência, os motivos que eventualmente impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

13.9. Manter, durante toda o cumprimento da obrigação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

13.10. Arcar com ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do 1º parágrafo do art. 57 da Lei nº. 8.666, de 1993.

14. DA SUBCONTRATAÇÃO

14.1. Não será admitida a subcontratação do objeto.

15. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

15.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que seja observada por esta nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos, sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato, não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração.

16. DA FISCALIZAÇÃO DA ENTREGA

16.1. O acompanhamento e a fiscalização da contratação serão exercidos por um representante da Contratante, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surjam no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração, na forma dos artigos 67 e 73 da Lei nº. 8.666/93.

16.2. Para acompanhamento e fiscalização da execução do presente contrato, ficam designados os agentes públicos abaixo informados:

16.2.1. Fernanda Medeiros Rodrigues, matrícula 468.036, na função de Gestora Titular e Fernanda Neves da Veiga Pacheco, matrícula 062.384, na função de Gestora Substituta. Vânia Lúcia de Souza matrícula 062.434 como Superior Imediato, Mikaela Raphael Guerretro matrícula 115.274 como Fiscal Titular, Leopoldina de Fátima Azevedo Reis matrícula 201.836 Fiscal Substituto. Lucimar Figueira Ribeiro matrícula 207.764 como Superior Imediato, Alessandra Lessa Costa da Silva matrícula 207.704 como Fiscal Titular, Maristela Tiellet matrícula 299.248 como Fiscal Substituto.

16.3. O fiscal da contratação anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do presente, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhado os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

16.4. O fiscal designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da presente contratação.

16.5. A verificação da adequação do objeto deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

16.6. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade

inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art.70 da Lei nº. 8.666, de 1993.

17. DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA PELA ELABORAÇÃO DO PRESENTE TERMO

17.1. O presente documento foi elaborado mediante as descrições apresentadas pelos responsáveis técnicos dos setores requisitantes, que se responsabilizam por todas as informações e exigências técnicas aqui apresentadas.

18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

- 18.1.1. - não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- 18.1.2. - não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;
- 18.1.3. - apresentar documentação falsa;
- 18.1.4. - deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- 18.1.5. - ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 18.1.6. - não mantiver a proposta;
- 18.1.7. - cometer fraude fiscal;
- 18.1.8. - comportar-se de modo inidôneo;

18.2. - Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

18.3. - O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- 18.3.1. - Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
- 18.3.2. - Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
- 18.3.3. - Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a Administração Pública Municipal pelo prazo de até dois anos;

18.3.4. - Impedimento de licitar e de contratar com o Município e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

18.4. - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

18.5. - A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

18.6. - Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção), como ato lesivo à administração pública nacional, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

18.7. - A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional nos termos da Lei nº 12.846/2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

18.8. - O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Municipal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

18.9. - Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o Município poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

18.10. - A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

18.11. - A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

18.12. - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

19. DA RESCISÃO

19.1. O inadimplemento de cláusula estabelecida neste Termo de Referência, bem como na legislação vigente, por parte do fornecedor, assegurará a Secretaria Municipal de Saúde de Nova Friburgo o direito de rescindi-la, mediante notificação, com prova de recebimento.

19.2. Além de outras hipóteses expressamente previstas no artigo 78 da Lei nº. 8.666/1993 constituem motivos para a rescisão:

19.2.1. Atraso injustificado na entrega do objeto;

19.2.2. O cometimento reiterado de falhas, comprovadas por meio de registro próprio efetuado pelo representante da Secretaria Municipal de Saúde.

19.3. Ao Município de Nova Friburgo é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do artigo 79, inciso I, da Lei nº. 8.666/93, aplicando-se, no que couberem, as disposições dos parágrafos primeiro e o segundo do mesmo artigo, bem como as do artigo 80.

Termo de referência elaborado por:

Fernanda Medeiros Rodrigues
Gestão de Processos e Contratos - SMS
Matrícula 468.036

Ratifico o presente Termo de Referência, nos termos da lei Federal Nº 8.666/93:

Nicole Lessa Cipriano
Secretário Municipal de Saúde
Matrícula 106.137